

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 03/2020

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2020

(Contém 19 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VICE-PRESIDENTE – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 03/2020****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE FEVEREIRO DE 2020**

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Sandra Cristina Lima Madeira Bernardo, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 23 de janeiro de 2020.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação o Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota porque não esteve presente naquela reunião e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



ANTES DA ORDEM DO DIA:

CANTAR ÀS ESTRELAS

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou uma advertência em relação a uma situação que se passou aquando do Cantar às Estrelas, no passado dia 30 de janeiro, no qual esteve presente na qualidade de Vereador.

Desagradou-lhe ver as crianças do CATL “O Borbas” cantar uma música com quadras dirigidas à senhora Presidente da Câmara, disse que não ficava bem as crianças terem ido cantar à presidente da Câmara porque estavam a Cantar às Estrelas. Na sua opinião foi uma situação que lhe incomodou porque dá uma ideia de obediência à presidente da Câmara e sugeriu que fossem dadas instruções para que a situação não volte a repetir-se.

A Senhora Presidente da Câmara informou que não esteve presente no Cantar às Estrelas, mas soube que houve três grupos que lhe dedicaram músicas. Expôs que não tem maneira de saber o que vão cantar pois não é hábito pedir antecipadamente as letras das músicas, mas contudo, poderá dar indicações ao CATL “O Borbas” por ser uma valência camarária de modo a terem esse aspeto em consideração mas não poderá fazer o mesmo com os outros grupos.

O Senhor Vereador Nelson Santos disse que formalmente era contra a dar-se qualquer indicação nesse sentido porque não vê problema em que cantem à presidente da Câmara, porque é sabido que a Lagoa tem uma presidente, que é uma figura feminina e que tem o carinho e estima de todos os lagoenses.

O Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz referiu que é normal os grupos dedicarem quadras e cantarem-nas à porta de quem os recebe, dando o exemplo do Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz, do qual é presidente, cantando à porta da Câmara Municipal tal como fazem à porta da sede da Banda Estrela D’Alva e da Junta de Freguesia de Santa Cruz.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que em outros eventos, como no Festival de Cantorias ao Desafio e no Império de São Pedro em Água de Pau, foi surpreendida com quadras que lhe eram dirigidas. Acrescentou que entende isso como uma questão de cortesia por parte dos grupos, não representando mais do que um gesto de simpatia para quem os convida.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado voltou a frisar que não estavam a falar da mesma coisa, pois uma coisa são cantadores de improviso fazerem quadras à presidente e outra coisa eram as crianças serem ensaiadas para cantar à presidente, não concorda com essa prática e por isso fez essa advertência.



CAO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE LAGOA - AÇORES

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou à senhora Presidente da Câmara se o Governo Regional já tinha dado a indicação de quando se iniciarão a obra de construção do CAO da Santa Casa da Misericórdia.

A Senhora Presidente da Câmara informou que o início da obra está dependente do processo de financiamento a uma linha de crédito criada especificamente para a área social, destinando-se às Santas Casas e às IPSS designada de Plano JUNKER. Explicou que, durante todo o ano transato, a Santa Casa esteve a preparar a candidatura, um processo que só terminou no final do ano passado, tendo sido um processo longo e difícil, em que as Santas Casas da Lagoa, de Ponta Delgada, de Angra de Heroísmo e mais uma IPSS dos Açores se juntaram e contrataram uma empresa para a elaboração do caderno de encargos subjacente a esse tipo de linha de crédito, elaborando os vários documentos que são exigidos mas simultaneamente conseguindo um ganho no preço da prestação daquele serviço de consultadoria.

Mais informou que, de momento, decorre o período de apresentação das propostas das instituições financeiras e só depois desse processo finalizado será feita a adjudicação e a abertura, então, do concurso público para a construção de equipamento social em causa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou, se pelas explicações da senhora Presidente da Câmara, podia deduzir que o custo da construção do CAO será suportado pela Santa Casa da Misericórdia e não terá o apoio do Governo Regional dos Açores, ao que a senhora Presidente da Câmara Municipal respondeu que não, pois o Governo Regional é o garante desse processo, pois assegurará os custos desta operação mensalmente assim como todas as despesas de funcionamento e aquisição de equipamento. Um processo em tudo semelhante a outros de várias instituições.

Acrescentou que supõe que só estarão em condições de começar a obra no início do próximo ano uma vez que ainda terão de preparar um concurso público para a construção com todos os procedimentos e prazos inerentes.

AUDITORIA AO MUNICIPIO DE LAGOA

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se existiu recentemente ou se encontrava a decorrer alguma Auditoria Financeira ao Município de Lagoa, tendo a Senhora Presidente da Câmara Municipal respondido que não e que a última Auditoria feita ao Município decorreu em 2016.



EDIFÍCIO SEDE DO GRUPO DESPORTIVO COMERCIAL

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou cópia do contrato de comodato celebrado entre a Câmara Municipal e o Grupo Desportivo Comercial. Referiu que o Grupo Desportivo Comercial continua a não fazer por merecer a cedência daquele edifício e é uma situação que moralmente deve ser revista e há que ter a coragem de fazer aquilo que deve ser feito que é revogar o contrato de comodato. O Grupo Desportivo Comercial recebeu uma benesse, uma sede de “mão beijada”, gratuitamente e ao longo de 20 anos nunca correspondeu às expetativas e já é tempo do Município analisar esta situação e tomar uma atitude.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que sobre esse assunto está a ser debatido desde o início do ano transato, com o Grupo Desportivo Comercial, com reuniões que se iniciaram com a anterior direção e que ficaram suspensas aquando do processo que envolveu o presidente do GDC. Foram retomadas após a eleição da nova direção, já no decurso do verão passado, sendo que foi informada a vontade de se reavaliar o contrato de comodato em vigor.

Expôs que a situação é a seguinte: ou se define os compromissos do GDC e há uma nova dinâmica conferida ao espaço ou no final do prazo do contrato de comodato o mesmo não será renovado.

Concorda em pleno que o GDC não correspondeu, nos últimos anos, àquilo que era a expetativa do Município, mas no início não era assim. Contudo, argumentou que tendo todos convivido com a situação anterior não é correto penalizar a nova direção. Foram recentemente eleitos e temos que dar o benefício da dúvida a pessoas que foram eleitas e apresentaram um plano novo para aquela instituição e que leva a crer que haverá mudanças positivas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se alguma vez o GDC correspondeu às expetativas do Município ao que a senhora Presidente da Câmara respondeu que no início sim. Relembrou que no início havia movimento naquele edifício, e havia o ACP – Automóvel Clube de Portugal lá instalado, o que levava as pessoas a irem até lá e usavam-se as salas para as operações técnicas. A verdade é que nos últimos anos, por razões que não lhe cabe tecer considerações, isso deixou de existir. Mas a nova direção mostra-se empenhada e argumenta que a Câmara não lhes pode responsabilizar por aquilo que foram os últimos anos do GDC mas sim por aquilo que se propõe fazer e são estes assuntos que têm estado a ser discutidos, no sentido de se chegar a um acordo mais equilibrado sobre a ocupação de todo aquele espaço.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a argumentação da nova direção do GDC é original naquilo que disse, mas sinceramente, considera que os lagoenses é que não estão na disposição de ficarem, por tempo indeterminado, à espera que a direção do GDC passe a ser mais dinâmica, porque senão a forma de manter aquilo edifício por tempo indeterminado é mudar de direção sempre que se aproxima o final do contrato de comodato e vir com o argumento de não poder ser responsabilizada pela anterior direção e que precisam de uma oportunidade para mostrar o que valem, e assim vão tendo a posse sempre do edifício, alegando que não pode ser assim, dando como exemplo o facto da Senhora Presidente da Câmara não poder desvincular-se das decisões dos seus antecessores, e que continua a ser responsável pelos atos de gestão dos anteriores presidentes da Câmara.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que não foi isso que tinha dito, esclarecendo que não se pode comprometer o GDC em função do trabalho das últimas direções. Expôs que esta nova direção tem outra dinâmica para dar ao GDC e para implementar, e não se pode limitar pelo facto de nos últimos 5 anos alguém não ter feito nada. É de opinião que se deva equilibrar as responsabilidades e dar uma oportunidade a esta nova direção.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado discordou da opinião da Senhora Presidente da Câmara, dizendo que tenham paciência, mas acabou o jogo, acabou o tempo, tiveram muito tempo para dar uma utilização credível àquele espaço e é assim que as coisas funcionam, quando não se cumpre um contrato, revoga-se o mesmo, não se continua a dar novas oportunidades, porque se se fizer isso é o mesmo que manter aquele edifício por tempo indeterminado ao serviço de uma instituição que nunca deu a devida utilização àquilo que lhes foi concedido.

A Senhora Presidente da Câmara expôs que, houve uma associação que pediu para ter sede na Lagoa, e têm de facto a sede na Lagoa, e que nos últimos anos, porque no princípio não era assim, por um conjunto de circunstâncias levaram e conduziram o GDC à situação em que está, sendo evidente a inércia e a falta de trabalho do GDC e inclusivamente a falta de retorno para o concelho da Lagoa e isso foi por ela proferido publicamente numa apresentação pública, de um Sata Rallye, no primeiro ano que fizeram a apresentação na Lagoa, no qual disse que tanto os lagoenses como a Câmara Municipal exigiam mais do GDC. Na sequência dessa pressão, realizaram o Lagoa Stage.

Disse ainda que o desafio que se coloca a esta nova direção é muito grande, porque para além do desafio financeiro, enfrentam também o desafio da falta de credibilização junto dos próprios sócios, têm de se reerguer de uma imagem que está ferida e isso não será fácil de conseguir num mandato de dois anos, mas a verdade é que há essa vontade e ambição e como não vivemos numa ditadura mas sim num País democrático e porque acreditam nas pessoas, deve-se dar uma oportunidade para mostrarem do que são capazes.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado discordou da opinião da Senhora Presidente, referindo que daqui a dois anos se essa direção não tiver sido capaz de implementar uma nova dinâmica, entra uma nova direção que também vai querer ter uma oportunidade e estarão sempre a empurrar a situação para a frente e o edifício vai continuar sempre no GDC pela falta de coragem da Câmara Municipal. Afirmou que enquanto Vereador estava ali para defender os interesses dos Lagoenses e tal como a senhora Presidente acabou de afirmar, a atual direção tem graves problemas de credibilidade dentro do seu núcleo de sócios e entende que não são os Lagoenses que têm de dar credibilidade ao GDC. Acrescentou que há 10 anos atrás já tinha tentado perceber o que se passava naquele edifício e constatou que não se passava absolutamente nada, só serviu para que tivessem uma sede e alugassem a parte de cima, até a suposta sala de logística para organização do Sata Rallye Açores nunca foi utilizada como tal, nunca foi o centro nevrálgico do Rallye como deveria ser.

A Senhora Presidente da Câmara lembrou que, na sequência dessa pressão que fez, passou a existir o Lagoa Stage como forma de chamar e trazer as pessoas à Cidade da Lagoa e colocar a cidade da Lagoa dentro da principal prova de automobilismo dos Açores.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara interveio para fazer uma contextualização de todo o início do processo da vinda do GDC para a Lagoa uma vez que esteve, indiretamente, envolvido por via das funções que na altura exercia como Presidente da Direção do Núcleo de Empresários da Lagoa. Começou por lembrar que aquele espaço, inicialmente, foi cedido ao GDC e ao NELAG – Núcleo de Empresários do Concelho de Lagoa.

Expôs que a presença do NELAG no edifício serviu para constatar que a atividade administrativa, diária, do GDC no edifício, era muito reduzida e circunscrita aos períodos dos eventos desportivos. Disso mesmo o Núcleo deu, por diversas vezes, conhecimento aos responsáveis autárquicos. Existiu, posteriormente, uma forte pressão para o Nelag abandonar aquele espaço, no pressuposto da necessidade de mais área para o desenvolvimento da atividade do GDC, situação que viria a consumir-se com a mudança das instalações do Núcleo de Empresários para outro local.

Referiu, ainda, que é de sua opinião, pessoal, que o GDC não tem correspondido, por via da atividade desenvolvida no Concelho, à expectativa que a autarquia depositava e esperava que fosse correspondida como contrapartida à cedência das instalações, afirmando que ele próprio, manifestou, em 2017, esse desagrado à senhora Presidente da Câmara Municipal de Lagoa. Constatou que foram feitas diligências fortes no sentido de inverter a situação, as quais tiveram como resultado uma maior atenção do GDC para o com o Concelho de Lagoa traduzida na implementação e realização do Lagoa Stage. Essa etapa foi muito importante porque posicionou a Lagoa dentro do circuito da maior prova do automobilismo dos Açores, com o correspondente benefício económico e de visibilidade, o qual resultou do forte empenhamento da Senhora Presidente da Câmara.



A Senhora Presidente da Câmara informou que estão a trabalhar na alteração do contrato de comodato, atualizando os compromissos de ambas as partes.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que o objetivo inicial da Câmara Municipal seria que o Rali dos Açores, Azores Airlines Rally tivesse o seu início no Tecnoparque, o que, naturalmente, daria à Lagoa uma enorme projeção mediática, no entanto, isso nunca se verificou embora conste do clausulado no contrato de comodato.

Da parte da Senhora Presidente da Câmara bem como da parte do Senhor Vice-Presidente afirmaram que há todo o interesse em conduzir as coisas com educação e respeito por ambas as partes.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado frisou que o GDC recebeu um edifício de grande valor patrimonial para servir de sede social, centro de operações e logística dos rallyes, não paga qualquer renda por aquele espaço, nunca fez por merecer aquela benesse e nunca deu retorno à Lagoa e questionou se ainda há que ter respeito por um “rendeiro que não paga a renda”?

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que esse assunto tem de ser tratado dentro de um quadro de legalidade e mesmo para rescindir o contrato há que cumprir com determinados procedimentos e não vai adotar uma postura de autoritarismo absoluto. Comparou a postura do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado quando, na última reunião de câmara, saiu em defesa do Clube Operário Desportivo, dizendo que com a redução do apoio ao COD, a Câmara estava a “cortar as pernas” a um Clube que está em dificuldades e agora no caso do GDC é exatamente isso que propõe que se faça.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que o GDC não é da Lagoa, não nasceu na Lagoa e não diz nada aos Lagoenses e não se pode comparar com o Clube Operário Desportivo que é um clube lagoense com muita história e tradição e muito acarinhado por todos, afirmando que o GDC é um grupo elitista composto por pessoas de fora da Lagoa que têm em comum o gosto pelo desporto motorizado e que por sinal é um desporto caro. Comentou que tem de se pôr fim a essa situação, até porque há instituições lagoenses que ainda não têm sede, como o Orfeão de Nossa Senhora do Rosário, então que se tome posse daquele edifício e se instale as instituições que ainda não possuem sede.

A Senhora Presidente da Câmara reiterou tudo o que disse anteriormente, concordou com o facto do GDC não dar retorno à Lagoa, mas não concorda que se acabe com a situação com autoritarismo, estão a tentar que haja um compromisso entre ambas as partes tendo em atenção que têm uma nova direção.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que, neste curto período, já se notam algumas alterações de comportamentos da parte do GDC: anunciaram um novo formato de competição na Ilha de S. Miguel, composto por 4 provas distintas, com o nome de Troféu Play/Auto Açoreana Trophy 2020, e patrocinado pela Fábrica de Tabaco Micaelense e Grupo



Auto Açoreana. Terão também uma prova, que no ano passado saiu em simultâneo com o Azores Rallye, o Rallye Veículos Elétricos, que irá sair da Lagoa e terminar na Povoação; vão ter, no próximo ano, o parque de assistência na Lagoa, que permitirá que durante algumas horas possa haver o contato das pessoas com os pilotos e com os carros. No seu entender, estas situações demonstram bem a vontade efetiva de mudar, de dinâmicas diferentes e de dar o devido retorno à Lagoa.

Entende que nos últimos anos o GDC confundiu-se com o próprio evento Azores Rallye, sendo este maior que o próprio GDC, mas na realidade o GDC tem muitas modalidades distintas e que certamente terão e deverão ter outra dinâmica.

Acrescentou o Senhor Vereador Nelson Santos, que está na expectativa de que a situação melhore, porque o GDC está a reorganizar-se e pretende mostrar trabalho e assim no final, todos sairão a ganhar. Que o automobilismo pode ser considerado um desporto de elite é verdade porque é um desporto dispendioso mas é também um desporto de massa popular, porque são milhares que assistem e é um desporto muito querido dos micaelenses, dando como exemplo o Track Day que se realizou no ano passado no Tecnoparque e que foi assistido por centenas de pessoas.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que pelas explicações dadas pela Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores já houve uma reconciliação entre a Câmara Municipal e o Grupo Desportivo Comercial e, portanto, a situação vai ser para continuar.

INTERVENÇÃO DO VEREADOR ROBERTO OLIVEIRA

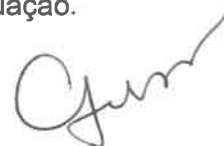
CANTAR ÀS ESTRELAS

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que também assistiu ao Cantar às Estrelas na Lagoa e que no seu entender correu muito bem e deve continuar, propondo que se aumentasse o percurso, passando a iniciar-se na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, passando a ser o evento da Cidade da Lagoa que é composta por ambas as freguesias e não só a freguesia de Santa Cruz.

ZONA BALNEAR DA BAIXA D'AREIA

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou qual o ponto de situação da zona balnear da Baixa D'Areia.

A Senhora Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos para prestar os devidos esclarecimentos, uma vez que está a acompanhar a situação.



O Senhor Vereador Nelson Santos informou que a Câmara Municipal, em parceria com a DRAM – Direção Regional do Mar solicitaram um estudo geológico e geotécnico que sustentou um estudo prévio e projeto de execução. O referido projeto de execução para a estabilização do talude foi enviado há duas semanas para a DRAM para análise e eventual implementação das ações propostas.

Relativamente à intervenção de estabilização informou que a maior dificuldade é o acesso de equipamentos ao local e que, numa primeira fase, as questões estéticas serão alteradas, contudo, serão necessárias. Explicou que a intervenção proposta assenta na projeção de betão – posteriormente aos trabalhos de limpeza e desmonte das estruturas fraturadas, pregagens e projeção de betão sobre a superfície.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se essa intervenção ocorrerá ainda este ano e se na próxima época banear a praia estará aberta aos banhistas, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos respondido que gostavam que assim fosse, no entanto, estão a aguardar que a DRAM assuma a sua responsabilidade no que respeita ao domínio marítimo e participe a intervenção a realizar.

Acrescentou o Senhor Vereador Nelson Santos que a Câmara Municipal designou de Zona Banear a Praia da Baixa D'Areia para a eventualidade da prática banear poder ser autorizada, pois de momento a praia encontra-se interdita. Explicou que em dezembro, a Câmara Municipal tem de designar os locais que pretende que sejam zonas balneares para a prática banear do ano seguinte e a Baixa D'Areia foi uma delas, para o caso das condições de segurança estarem salvaguardadas e aquela praia possa ser devolvida aos banhistas.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira, perguntou se a praia pequena ficará interdita definitivamente e o sobre o local exato onde se iniciará a intervenção, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos explicado detalhadamente todos os trabalhos propostos na intervenção.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Equipa Sub 14 Feminina da AJCOD sagra-se Tetra Campeã de Ilha;
- Jovem talento Lagoense destaca-se no Karaté Nacional;



- Câmara Municipal de Lagoa aposta na Juventude Lagoense;
- Cristina Calisto visitou obras na Freguesia do Cabouco;
- Livro O Diagrama do Escuro de J. Tavares lançado na Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira;
- Convento de Santo António recebeu exposição e apresentação do livro “Entre Mar e Floresta” de Avelina da Silveira;
- JUDOLAG consolida a sua posição no Judo Regional com conquista de títulos;
- Projeto *Palavras Da Minha Terra* pretende aproximar jovens da leitura;
- Cristina Calisto recebeu novo chefe da Esquadra da Lagoa;
- Câmara Municipal de Lagoa reforça aposta na recolha de resíduos porta-a-porta;
- Câmara de Lagoa promoveu ação de sensibilização sobre Cyberbullying;
- “Gestão de Recursos Naturais” foi o tema da nova sessão de educação política e para a cidadania;
- Lagoa honrou Nossa Senhora da Estrela;
- Cantar às Estrelas na Lagoa envolveu cerca de 500 participantes.

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 2 – REGULAMENTO MUNICIPAL PRÉMIO DE MÉRITO ACADÉMICO:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 15 de novembro de 2019, foi presente a informação dando conhecimento que terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre a proposta do Regulamento Municipal Prémio de Mérito Académico, que foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 235, de 6 de dezembro de 2019, tendo sido incluído na proposta inicialmente apresentada o “Ensino Profissional”.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que na proposta de Regulamento Municipal Prémio de Mérito Académico foi incluída a Escola Profissional de Lagoa e que após terminar o prazo de discussão pública, vem agora à Câmara para ser submetida à Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que, na sua opinião, devia haver uma distinção positiva no valor do prémio a cada aluno premiado do 12º Ano, passando de



50,00€ para 75,00€, premiando assim todos os alunos que concluíssem o 12º com distinção, diferenciando-os dos restantes alunos.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que o presente regulamento foi elaborado em conjunto com os Conselhos Executivos das três escolas, e que no período de discussão pública foi acrescentada a Escola Profissional INETESE, que foi auscultada, também, sobre o assunto. Para além disso, o presente documento foi discutido e aprovado pelos membros do Conselho Local de Educação.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que este regulamento já foi apresentado em reunião da Câmara Municipal, foram incluídas propostas dos Senhores Vereadores do PSD, esteve em discussão pública e está agora em condições de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que este regulamento é um documento que reflete uma proposta do PSD.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira comentou que este regulamento já foi discutido em reunião da Câmara Municipal e está agora em condições de ser submetido à Assembleia Municipal e, no seu entender, este regulamento está muito melhor do que as propostas de atribuição de prémios aos melhores alunos, anteriormente apresentadas, logo é preferível ter um bom regulamento em vez de não ter nenhum.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que vota a favor, mas deixou expresso em ata de que, no seu entender, devia haver uma distinção positiva no valor do prémio a cada aluno premiado do 12º Ano, aumentando para 75,00€, premiando assim todos os alunos que concluíssem o 12º com distinção, distinguindo-os do 10º e 11º anos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter a proposta do Regulamento Municipal Prémio de Mérito Académico, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

PONTO N.º 3 – RELATÓRIO FINAL – CONCURSO PÚBLICO PARA A ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DO RESTAURANTE E BAR SITO NO PORTO DOS CARNEIROS, COM ÁREA DE 395,50 M2 E 282,60 M2, RESPECTIVAMENTE E RESPECTIVAS ÁREAS DE ESPLANADA, LOCALIZADO NO PORTO DOS CARNEIROS, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CONCELHO DE LAGOA:

Na sequência da proposta apresentada, em reunião Camarária de 27 de setembro de 2019, foi presente o relatório final do concurso público para a atribuição do direito de utilização do Restaurante e Bar sito no Porto dos Carneiros, com área de 395,50 m2 e 282,60 m2,



respetivamente e respetivas áreas de Esplanada, localizado no Porto dos Carneiros, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa.

Em face das classificações finais do referido concurso público, o Júri sugere, por deliberação tomada por unanimidade, propor a adjudicação ao concorrente Abel Manuel Germano Cabral, uma vez que foi o concorrente que obteve melhor classificação, nas condições da respetiva proposta apresentada.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que tem muito gosto que o Senhor Abel Cabral empresário Lagoense e Pauense, seu primo e amigo, tenha sido selecionado para explorar o Restaurante Porto dos Caneiros e não tem dúvidas de que irá fazer um bom trabalho. No entanto, não vota a favor da sua seleção pela forma como a mesma é descrita nos documentos apresentados.

Não compreende como é possível existir um segundo proponente que se propõe pagar uma renda mais alta e mais 2,5% sobre o valor das Vendas Bruto, sem IVA, e apresenta um investimento de 400 mil euros, enquanto que o primeiro proponente oferece uma renda mais baixa, apenas 2% sobre o valor das Vendas Bruto, sem IVA, e um investimento de 200 mil euros, e é esse concorrente que ganha o concurso. Referiu que pelo processo de concurso verificou que o segundo concorrente não reclamou, o que de certa forma, significa que aceitou a decisão do júri do concurso.

Reiterou que não pode votar a favor porque o documento que suporta a avaliação do júri do Concurso não está correto.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que esse processo foi tratado de forma muito cuidada. Em primeiro lugar, pelo espaço em questão e pelo seu potencial de dinamização, o qual possui uma ótima localização, bons acessos e estacionamento. A Câmara não tem nada contra o anterior explorador daquele espaço, a questão incidia na limitada dinâmica atribuída ao espaço e por isso a opção da não renovação do contrato de arrendamento. Acrescentou que o objetivo da Autarquia não é necessariamente uma renda o mais elevada possível como fonte de rendimento, mas acima de tudo o que se pretende é haja um projeto que seja dinâmico e potenciador daquele espaço e envolvente e por isso o caderno de encargos foi feito nesse sentido.

O júri considerou e avaliou as propostas de acordo com o caderno de encargos, que nos seus critérios era bastante objetivo e refutou qualquer tipo de insinuação que se possa alimentar. Recordou que existiram 13 potenciais interessados naquele espaço que levantaram o caderno de encargos e apenas dois concorrentes apresentaram propostas. As condições propostas no caderno de encargos eram exigentes e só os melhores estavam em condições de poder concorrer.

Mais informou que no ato público de abertura das propostas do concurso estiveram presentes os dois concorrentes, ficando surpreso com as questões levantadas.



O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu, que percebe perfeitamente as explicações dadas pelo Senhor Vereador Nelson Santos, contudo, no seu entender, a exigência de 2% sobre o valor das vendas, não faz qualquer sentido, mas sabe que isso não é inovador visto que há outras entidades que também impõem essa condição. Referiu que o facto do valor base da renda ser 1.500,00€ também é bastante limitador.

Disse ainda o Senhor Vereador que o caderno de encargos é composto por uma parte objetiva e outra subjetiva, e entende que a parte objetiva tem condições muito fortes e é essa parte objetiva que lhe inibe de dar o voto favorável.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que não percebia o facto que foi apontado à proposta 2, quanto à capacidade dos espaços de cervejaria, quando há uns anos atrás, na mesma sala de reuniões, foi o argumento principal para a adjudicação do direito de exploração ao anterior explorador. Questionou como é que há quatro anos a cervejaria serviu para diferenciar e 4 anos depois esse argumento já não serve e agora o argumento diferenciador é o da marisqueira.

Alertou para o facto do Senhor Vereador Nelson Santos ter falado sempre na primeira pessoa e só no final é que emendou para o Júri, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos respondido que o júri efetivou o seu trabalho com total autonomia e que se utilizou a primeira pessoa em determinado contexto está relacionado com o facto do assunto ser da sua delegação de competências.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs ainda que a experiência comprovada o proponente 1, que refere que explora bar desde 1989, totaliza 30 anos, dizendo que até na contagem do tempo o júri errou, pois só contabilizaram 20 anos e colocaram em pé de igualdade a demonstração da experiência profissional sem os devidos comprovativos. Concluiu dizendo que se o caso fosse ao contrário, se a proposta 2 fosse a do Senhor Abel, a proposta 1 teria sido excluída.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que no princípio da independência do júri e da boa fé da Câmara Municipal, acredita que as informações foram validadas pelo Júri.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que o júri faz o que lhe mandam, tendo o Senhor Vereador Nelson alertado para o facto de estar a fazer uma acusação e insinuação muito grave sobre o funcionamento dos serviços.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que assume o que disse, comentando que até as votações dos membros do Júri são por unanimidade, os votos são todos iguais, acusando-os de não tentarem sequer dar valores diferentes para fazer acreditar que as avaliações são reais, reiterando que as justificações que foram dadas não lhe convencem. Afirmou que ao ser reconhecido que 13 pessoas levantaram o caderno de encargos e só duas apresentaram propostas só prova ao ponto de descrédito a que chegou a gestão desta Câmara. As pessoas sabem que à partida o caderno de encargos foi preparado



para o concorrente número um ganhar e não se dão ao trabalho sequer de apresentar proposta. Frisou que quando se chega a esse ponto, ninguém dá crédito ao Concelho da Lagoa. Acrescentou que é muito mau que o 2º concorrente diga no seu núcleo de amigos que apesar de apresentar uma renda superior, oferecer 2,5% do valor das Vendas Bruto, sem IVA e propondo investir o dobro mesmo assim não ganhou o concurso e isso fica muito mal à Lagoa, estão a dar o pretexto para dizerem “a Lagoa é um concelho socialista e aquilo ali é só para amigos”. Disse que a Senhora Presidente tinha de admitir que isso é uma vergonha.

Comparou que da mesma forma que se dá o benefício da dúvida a uma nova direção também devia-se dar o benefício da dúvida ao 2º proponente.

O Senhor Vereador Nelson Santos expôs que o caderno de encargos foi presente em reunião de Câmara, foram introduzidas as sugestões apresentadas pela oposição menos uma proposta do Senhor Vereador Carlos Augusto que era discriminatória.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a sua proposta era que quem já explorasse um espaço do Município pontuasse menos, no seu entender, isso não é discriminatório e protegia o Município.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que entre particulares fazem-se os acordos que se entenderem, numa Autarquia há que cumprir as regras e ser transparentes. As regras e os objetivos estavam bem claros no caderno de encargos. Referiu ainda que o caderno de encargos foi aprovado por este órgão, obrigava a pressupostos iguais para todos os concorrentes e os correspondentes critérios de ponderação e avaliação – ou são cumpridos ou não, dando-lhes o exemplo de um concurso noutro município de um espaço junto a uma praia em que a proposta de renda substancialmente mais elevada não ter sido a vencedora por decisão do Tribunal porque não cumpria com o caderno de encargos, concluindo que são as regras dos concursos públicos.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara interveio dizendo que entende não ter existido manipulação da pontuação do júri e incomoda-lhe as alegações graves proferidas pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e num exercício teórico, aconselhou o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado a fazer uma simples equação matemática, pontuando todos os critérios de ambos os concorrentes da mesma forma, e atribuindo igual pontuação, na exceção do ponto da viabilidade económica do projeto, critério claro e mensurável, expondo que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado vai chegar à conclusão que o resultado, tendo em conta o valor do arrendamento de cada proponente e o estudo de viabilidade apresentado pelos concorrentes, seria o mesmo no que toca ao vencedor. Por esse motivo, entende que as alegações do Senhor Vereador Carlos Furtado não têm fundamento porque nunca alterariam ou condicionariam o seu resultado final.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, apresentou a sua defesa da honra:



“Em relação ao Senhor Abel Cabral, que fique claro que não lhe devo nada, nem ele a mim, não tenho particular assiduidade nos seus restaurantes, não sou amiga de casa nem tenho nenhuma relação de amizade pessoal com ele. Conheço-o como a tantas outras pessoas e tenho uma relação de simpatia como tenho com tantas outras pessoas e empresários neste concelho. Pelo que, para mim, o Senhor Abel Cabral é um cidadão igual aos outros, à exceção do facto de explorar um equipamento municipal. Não admito que entre no campo da suspeição e da conivência, porque pauto-me por uma conduta séria e transparente.”

Ao que o Vereador Carlos Augusto Furtado de imediato respondeu que “não diz menos do que isso”.

E continuou, a Senhora Presidente da Câmara, dizendo que para ela ganha quem apresentou a melhor proposta, após avaliação do Júri do Concurso.

Também aqui já foi demonstrado pelo Senhor Vice-Presidente que mesmo pontuando os critérios de forma diferente, e atribuindo à outra proposta o máximo da pontuação à exceção de um único critério, o resultado obtido seria o mesmo.

Por fim, referiu que o facto de se falar há muito tempo que o Senhor Abel Cabral ia explorar o Restaurante Porto dos Carneiros, prende-se com as conversações que em tempos o anterior explorador do restaurante Porto dos Carneiros manteve com o senhor Abel Cabral no sentido de estabelecerem uma sociedade e muitas vezes foram vistos no restaurante para o efeito mas nunca pelas razões que o Vereador Carlos Augusto Furtado invocou.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do PS e dois votos contra dos Senhores Vereadores do PSD, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Aprovar todas as propostas contidas no relatório final, apresentadas pelo Júri do Concurso Público;

2.º Adjudicar ao concorrente Abel Manuel Germano Cabral, o direito de utilização do Restaurante e Bar sito no Porto dos Carneiros, com área de 395,50 m² e 282,60 m², respetivamente e respetivas áreas de Esplanada, localizado no Porto dos Carneiros, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa, pelo valor da renda mensal proposta de 1.600,00 € (mil e seiscentos euros), acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 4 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 5 de fevereiro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 473.231,84 € (quatrocentos e setenta e três mil duzentos e trinta e um euros e oitenta e quatro centimos).



A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:

PONTO N.º 5 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

Foi presente o requerimento apresentado por Maria da Luz Branco Pacheco Vieira, com residência na Rua Dr. José Pacheco Vieira n.º 4, Freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa - Açores, proprietária de um prédio rústico, sito na Estrada de Portugal e das Comunidades, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa - Açores, com a área de 41.646,98 m² com as seguintes confrontações: Norte – Johannes Willem Vasconcelos Rieff; Sul – Jorge João Medeiros Borges e outro; Nascente – Maria Alice Branco Pacheco Vieira de Magalhães Sousa e Poente – Estrada de Portugal e das Comunidades, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 1939/19950323 e inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 61, Seção Q (Parte), solicitando certidão de destaque do referido prédio de uma parcela de terreno, composta por pastagem e mata, com a área de 10.000,00 m² que ficará a confrontar a Norte – Maria da Luz Branco Pacheco Vieira; Sul – Jorge João Medeiros Borges; Nascente – Diversos e Poente – Estrada de Portugal e das Comunidades e Maria da Luz Branco Pacheco Vieira e com uma parcela sobrance de terreno composta por pastagem e mata com a área de 31.646,98 m² e com as seguintes confrontações: Norte – Johannes Willem Vasconcelos Rieff; Sul – Jorge João Medeiros Borges e Maria da Luz Branco Pacheco Vieira (parcela a destacar); Nascente – Maria Alice Magalhães Sousa e Poente – Estrada de Portugal e das Comunidades.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 2020 7_certidão, de 21 de janeiro do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar que a propriedade em assunto se encontra localizado em solo rural - espaços de agrícolas de produção, cujo pedido de destaque foi requerido nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro (em áreas situadas fora dos perímetros urbanos), devendo cumprir com as seguintes condições:

- a) Na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos;
- b) Na parcela restante se respeite a área mínima fixada no projeto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da



lei geral para a região respetiva (Regime Jurídico do Ordenamento Agrário – Decreto Legislativo Regional n.º 35/2008/A, de 28 de julho de 2008).

Verifica-se que a propriedade em causa com 41.646,98 m² de área, foi alvo de uma operação de loteamento para 17 lotes de habitações unifamiliares, incluindo cedências para o Município com a área de 10.686,69 m², e o destaque agora pretendido incide sobre a parcela sobrança desta urbanização com 30.960,29 m² de área.

Nada temos a opor ao destaque pretendido, sendo que a parcela a destacar tem 10.000,00 m² e a parcela restante com 20.960,29 m², em que ambas confrontam com arruamento público (Estrada de Portugal e das Comunidades), cumprindo ainda com a unidade mínima de cultura fixada para RAA, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2008/A, de 28 de julho de 2008.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

PONTO N.º 6 – RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO LOTEAMENTO URBANO N.º 22/2008, SITO NO BAIRRO D. MARIA JOANA FARIA E MAIA, FREGUESIA DO CABOUÇO:

Foi presente à Câmara Municipal o requerimento apresentado por AFAVIAS – Engenharia e Construções – Açores, SA, solicitando a realização de vistoria às obras de infraestruturas relativas ao Loteamento Urbano (processo n.º 22/2008, alvará de loteamento n.º 02/2011) sito ao Bairro Dona Maria Joana Faria e Maia, Freguesia do Cabouço, Concelho de Lagoa, com vista à receção definitiva das obras de urbanização.

Considerando o auto de vistoria elaborado pelos Peritos da Comissão de Vistoria, nomeada por esta Câmara Municipal, em reunião de 06 de fevereiro de 2017, no qual se verificou que as obras de urbanização e as respetivas infraestruturas estão em condições de serem rececionadas por este Município e de acordo com o artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, pode ser libertado o montante remanescente da caução inicial (10%) com a receção definitiva das obras de urbanização.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Proceder à receção definitiva das obras de urbanização do loteamento supra referido, bem como proceder ao cancelamento do remanescente da caução inicial (10%), conforme prevê o n.º 5 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;

2.º Dar conhecimento da presente deliberação à respetiva entidade bancária, para os devidos efeitos e ao requerente.



APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

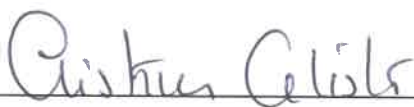
De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:00 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu *Sandra Madalena Bernardo*, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


CRISTINA DE FATIMA SILVA CALISTO